

A Europa à procura da competitividade

Educação e Formação 2010

Durante a presidência portuguesa da União Europeia, em 2000, foi aprovada uma visão muito ambiciosa que colocaria a Europa no primeiro plano da competitividade internacional. Reconhecendo implicitamente a sua perda de posição em relação aos Estados Unidos, a Europa sonha com a vara de condão que lhe devolveria a posição de liderança que perdeu desde a segunda guerra mundial. Só que o tempo dos contos de fadas já passou e hoje não chega a expressão do desejo para que algo suceda; é preciso tomar medidas nem sempre populares e perseverar nessas políticas de longo prazo. Não foi esse o caso. Embora muitos países europeus tenham feito alguns esforços sérios no sentido da melhoria da educação e da formação como factores da competitividade, a União Europeia reconhece agora que são precisas políticas mais radicais. Portugal concentra os seus esforços no re-equilíbrio das finanças públicas, estando quase paralisado quanto à introdução das medidas radicais que todos os peritos (nomeadamente os ex-ministros da educação, qualquer que seja a sua inclinação política) bem conhecem e propõem. A União Europeia vai aprovar ainda este mês, na próxima reunião do Conselho de primavera, um documento de avaliação do progresso feito na chamada estratégia de Lisboa. O tom geral é de grande urgência: o sucesso daquela estratégia depende de um novo impulso de reformas urgentes na maioria dos países! E Portugal? A opinião pública e as elites políticas parece terem-se habituado à dureza dos números: somos o país com maior abandono ao longo do ensino básico e secundário e com baixíssimos resultados em todas as comparações internacionais (leitura, matemática, ciência) embora o custo por aluno seja já superior à média comunitária (em relação ao Produto Interno Bruto); em Portugal só 45% dos jovens completam o ensino secundário; em Espanha são já 67% e em França 83%! Será que a obrigatoriedade do ensino até ao 12º vai resolver este atraso. Talvez, embora pudesse ser mais saudável seguir a experiência de outros países onde isso foi conseguido sem o recurso ao decreto-lei. O desafio é ainda maior pois que o número de alunos a atingir o termo do ensino secundário terá de ser feito sem grande aumento de custos pois que a despesa nacional com a educação não superior é já elevada. Adicionalmente, este aumento de população escolar não se deveria fazer no ensino secundário convencional mas no ensino profissionalizante e isso exigirá uma enorme transformação dos hábitos das escolas e da sociedade.

A nossa esperança no futuro poderá ser alimentada pela promessa de que os apoios comunitários futuros deverão ser orientados exactamente com objectivos de educação e formação. Nada se sabe ainda sobre as prioridades que o governo virá a definir mas, pela experiência passada da gestão do Fundo Social Europeu, a existência de dinheiro não dá garantia de que com ele se obtenham sempre bons resultados. A todos os níveis são necessárias reorientações estratégicas que não se poderão fazer dentro do edifício actual do nosso sistema de ensino. Não há reforma curricular que se salve dentro da gestão das nossas escolas onde se reduz ao escolaridade para libertar os alunos dos maus professores, deixando-lhes mais tempo para correrem para casa dos professores agora reconvertidos em excelentes explicadores. A avaliação das escolas que foi feita e divulgada com grande alarido não passou muito de uma micro-avaliação socio-económica do país. Não há organização humana que funcione sem estímulos individuais, sejam esses estímulos materiais ou morais. Continuamos a insistir na utopia sem compreendermos que estamos assim a prejudicar gravemente o país: os professores por não compensarmos os melhores e mais esforçados, os alunos e os pais por não lhes oferecermos a vivência escolar que eles precisam para se tornarem homens e mulheres felizes e úteis à sociedade. No ensino superior, tem havido uma reflexão mais ampla e aberta mas não há ainda sinais da coragem para permitir às instituições um melhor desempenho. Para começar, um sistema de governo que deixe para trás a pior herança auto-gestionária e dê plena realização a uma autonomia eficaz. Depois, uma gestão de pessoal e um estatuto de carreira docente que permitam premiar os melhores e romper o inbreeding que as asfixia. Finalmente, uma estrutura de graus académicos que permita aos estudantes a construção do seu percurso educativo flexível, aberto à mobilidade nacional e internacional e compatível com o regresso à escola ao longo da vida. Tudo isto exige menos gestão corrente por parte do governo e mais regulação com um sistema forte de acreditação e avaliação dos docentes, dos cursos e das instituições. Depois do esforço dos últimos decénios, o nosso ensino superior tem condições para servir o país posicionando-se pela primeira vez na nossa história ao nível da Europa; só temos de esperar que o acesso ao dinheiro comunitário não crie a tentação de adiamento das reformas necessárias ou, pior ainda, leve à introdução de algumas reformas cosméticas “para Europa ver” sem ter em vista os problemas específicos da nossa sociedade e dos desafios que ela enfrenta perante a queda das fronteiras.